



Seminário de Consolidação do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO)

Brasília, 25 e 26 de setembro de 2018

- 1. Produtos Asfálticos**
- 2. Breve Histórico**
- 3. Recomendações do Tribunal de Contas da União**
- 4. Formação de Preços na Base da ANP**
- 5. Portaria DNIT nº 1977/2017**
- 6. Regime de Tributação, Alíquotas e Bases de Cálculo do PIS, COFINS e ICMS**
- 7. Considerações Finais**

Produtos Asfálticos

Produtos Asfálticos

Segundo o Instituto Pavimentar, o asfalto pode ser definido como um material de consistência variável, aderente, altamente impermeabilizante e durável, constituído por betume obtido diretamente de jazidas (asfalto natural) ou por meio do refino do petróleo.

A constituição química do asfalto varia em função da origem do petróleo refinado, estando o seu desempenho atrelado a essa constituição.

Os produtos asfálticos utilizados nos serviços de pavimentação rodoviária são normalmente comercializados em quatro formas básicas, a saber:

- Cimentos asfálticos de petróleo;
- Asfaltos diluídos de petróleo;
- Emulsões asfálticas;
- Asfaltos modificados.

Produtos Asfálticos



Produtos Asfálticos

Aquisição e Transporte

Formação dos Orçamentos das Obras

- 8,0 a 12,0% nas obras de implantação e pavimentação;
- 10,0 a 20,0% nas obras de conservação rotineira;
- 15,0 a 20,0% nas obras de restauração;
- 25,0 a 35,0% nas de revitalização de pavimentos.

Desenvolvimento de metodologia para definição dos custos de referência em função do binômio “aquisição + transporte”, adotando-se a solução mais vantajosa ao erário em função do acompanhamento de preços realizado e divulgado mensalmente pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e da natureza dos transportes.

Breve Histórico

Breve Histórico

Até outubro de 1997, ainda à época do extinto DNER, a aquisição dos produtos asfálticos era realizada de 3 formas, a saber:

- O licitante poderia incluir a aquisição do material asfáltico com BDI incluso em sua proposta de preços. Este preço tornava-se o preço contratual, sendo reajustado pelo índice de pavimentação, em função da periodicidade vigente do contrato;
- O licitante não incluía os custos de aquisição de produtos asfálticos em sua proposta de preços. O pagamento era realizado pelo preço à vista constante da nota fiscal, acrescido do BDI de 15,0%, não incidindo, sobre este valor, nenhuma outra forma de reajustamento;
- O preço unitário era definido em função da tabela do antigo Departamento Nacional de Combustível ou da Petrobras, em substituição ao preço da nota fiscal. O BDI utilizado era o de 15,0%, não incidindo qualquer outra forma de reajustamento.

Breve Histórico

De outubro de 1997 a julho de 2003, os custos de aquisição de produtos asfálticos nas obras do DNER/DNIT passaram a ser incluídos diretamente no orçamento dos licitantes, com atribuição do mesmo percentual de BDI aplicado aos demais itens da proposta.

Posteriormente, em 10 de julho de 2003, o DNIT e a Petrobras firmaram o Contrato TT-045/2003-00, que tinha por objeto o fornecimento de cimento asfáltico de petróleo e asfalto diluído de petróleo pelas refinarias.

Dessa forma, à empreiteira responsável pelas obras cabia apenas a indicação do distribuidor de asfalto responsável pelo carregamento do produto na refinaria e o seu armazenamento em perfeitas condições até sua utilização final, tornando desnecessária a inclusão da aquisição de produtos asfálticos como item do orçamento.

Breve Histórico

O Contrato TT-045/2003-00 só previa o fornecimento de cimento asfáltico de petróleo e asfalto diluído, não englobando as emulsões asfálticas e os asfaltos modificados, não produzidas pelas refinarias da Petrobras.

Para as emulsões asfálticas, nos casos em que a aquisição fosse de responsabilidade do contratado, o preço desses materiais deveria estar em conformidade com os valores apresentados no Sicro 2, utilizado como parâmetro para a fixação dos preços em licitações de obras rodoviárias.

A pesquisa de preços dos produtos asfálticos só era realizada na Petrobras Distribuidora, por se tratar de uma empresa da Administração Indireta do Governo Federal, subordinada ao Ministério de Minas e Energia.

Objetivando ampliar o universo amostral e assim melhor refletir os preços efetivamente praticados pelo mercado, a pesquisa de preços do DNIT passou a ser realizada em, pelo menos, três distribuidoras de asfalto.

Tribunal de Contas da União

Determinações do Tribunal de Contas da União

Acórdão nº 2649/2007-TCU-Plenário

“9.3. Determinar ao DNIT que:

9.3.2. adote as providências necessárias para que o Contrato TT-045/2003, ou outro que vier a substituí-lo, tenha capacidade para suportar a demanda por CAP e ADP de todas as obras executadas pelo DNIT, diretamente ou por delegação;

9.3.4. adote o BDI de 15% sobre a aquisição de material betuminoso, na orçamentação de suas obras, até que o estudo determinado no subitem anterior seja concluído e aprovado por este Tribunal;

9.4. Determinar à ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis que realize o acompanhamento contínuo dos preços praticados pelas distribuidoras de asfalto no país.”

Determinações do Tribunal de Contas da União

Acórdão nº 1077/2008-TCU-Plenário

“9.3. Determinar ao DNIT que:

9.3.1. insira em suas instruções de serviços informação dando conta do caráter excepcional da aquisição de materiais betuminosos das refinarias da Petrobras, bem como dispositivos impedindo a sua utilização nos casos em que haja sobrepreço, jogo de planilhas ou outra vantagem indevida a terceiros, e retire a previsão de pagamento de materiais betuminosos por valor de nota fiscal;

9.3.2. abstenha-se de dotar o contrato com a Petrobras de capacidade acima do necessário para atender às obras que já aderiram ao Programa de Fornecimento de Materiais Betuminosos pelo DNIT e às eventuais excepcionalidades, mantendo a aquisição normal dos materiais betuminosos por meio das empresas contratadas.”

Determinações do Tribunal de Contas da União

Acórdão nº 1077/2008-TCU-Plenário

“9.3. Determinar ao DNIT que:

9.3.7. enquanto não viabilizada pela ANP a pesquisa dos preços praticados pelas distribuidoras de asfalto, adote os seguintes preços de mercado, obtidos com base nos preços médios constantes das notas fiscais apresentadas pela ABEDA, base fevereiro de 2008:

9.3.7.1. CAP 50/70 - R\$ 1.054,71/t;

9.3.7.2. CM-30 - R\$ 1.779,50/t;

9.3.7.3. CAP com polímero - R\$ 1.557,69/t;

9.3.7.4. RL-1C - R\$ 913,00/t;

9.3.7.5. RM-1C - R\$ 971,42/t;

9.3.7.6. RR-1C - R\$ 884,28/t;

9.3.7.7. RR-2C - R\$ 838,09/t.

Determinações do Tribunal de Contas da União

Acórdão nº 1077/2008-TCU-Plenário

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 709, DE 1º DE JULHO DE 2008

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem, o Art. 21, incisos IV e VI, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 5.765, de 27 de Abril de 2006, publicada no D.O.U. de 28/04/2006, o Art. 124, incisos IV e VI, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, do Conselho de Administração, publicada no D.O.U. de 26/02/2007, após aprovação da Diretoria Colegiada, em reunião realizada em 1º de julho de 2008 - Ata nº 25, e

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União (TCU) em seu Acórdão nº 1.077/2008-TCU-Plenário, ao acatar o pedido de embargo do DNIT ao Acórdão nº 2.649/2007-Plenário, que determinava o fornecimento dos materiais asfálticos pelo DNIT, alterou sua redação e permitiu ao DNIT inserir nos novos contratos de obras o fornecimento desses materiais pela contratada;

CONSIDERANDO a conveniência de não se interromper os processos licitatórios de obras cujos projetos prevêem fornecimento de materiais asfálticos pelo DNIT;

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de materiais betuminosos - Cimento Asfáltico de Petróleo e Asfalto Diluído - para obras ou serviços rodoviários do DNIT, financiados com recursos ordinários do Tesouro e já contratados com o fornecimento desses materiais pelo DNIT;

CONSIDERANDO que os quantitativos de materiais betuminosos previstos no Contrato nº. TT-045/2003-00 já se encontram comprometidos com as obras e serviços de contratos em andamento e que foram adequados a esse fornecimento, resolve:

Art.1º Todos os materiais betuminosos necessários às obras ou serviços rodoviários do DNIT financiados com Recursos Ordinários do Tesouro serão inseridos nas planilhas de quantidade de projetos e de planos de trabalho, para aquisição pela empresa contratada, com os preços em conformidade com a tabela "Preços de materiais asfálticos - Acórdão 1.077/2008-TCU-Plenário", em anexo e serão considerados no orçamento da obra com um LDI de 15%.

Parágrafo único Para materiais asfálticos não contemplados pela referida tabela, a cotação de preço deverá ser realizada de acordo com a Instrução de Serviço IS-15/2006.

Art.2º Os contratos que tenham sido assinados em data anterior à data da vigência desta Portaria e aqueles decorrentes de processos licitatórios em andamento, com edital já publicado, que tenham seus materiais asfálticos fornecidos pelo DNIT, deverão permanecer com essa forma de fornecimento.

Art.3º Nos processos licitatórios de obras ou serviços rodoviários com edital ainda não publicado, deverá ser procedida a atualização das planilhas de quantidade, de tal forma que seja prevista a aquisição dos materiais asfálticos pela empresa contratada, com os preços em conformidade com a tabela "Preços de materiais asfálticos - Acórdão 1.077/2008-TCU-Plenário", em anexo e mantendo-se a data base original do orçamento aprovado.

§ 1º - A atualização que trata o caput deste artigo, deverá ser efetuada pela Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária ou pelas Superintendências Regionais, caso haja delegação da licitação, sendo que nesse caso as Superintendências Regionais deverão proceder de imediato as atualizações, não havendo necessidade de retorno dos processos à Sede do DNIT para autorização ou aprovação adicionais.

§ 2º - Nos casos em que esta atualização for efetuada e que as planilhas originais previam o fornecimento de materiais asfálticos pelo DNIT, deverão ser retirados os itens referentes a "Recepção, Estocagem, Segurança Pessoal, Controle Ambiental e Controle de Qualidade de Cimento Asfáltico de Petróleo" e "Recepção, Estocagem, Segurança Pessoal, Controle Ambiental e Controle de Qualidade de Asfalto Diluído de Petróleo".

Art.4º A Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária revisará os procedimentos relativos às alterações determinadas pelo Acórdão 1.077/2008-TCU-Plenário, na Instrução de Serviço DG nº 9, de 22 de julho de 2003 e na Instrução de Serviço DG nº 14, de 19 de novembro de 2003, adequando-os, no que couber, para atendimento aos termos desta Portaria.

Art.5º Os saldos residuais de materiais betuminosos dos contratos/convênios de obras em andamento com base no Contrato TT-045/2003 passarão a ser atendidos por um novo contrato.

Art.6º As Superintendências Regionais do DNIT nos Estados deverão enviar às Coordenações-Gerais do DNIT gestoras dos contratos de obras, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, as 1ª vias das notas fiscais e as cópias das requisições de materiais betuminosos que lhes deram origem, de modo a evitar multas ao Órgão por atrasos nos pagamentos das notas fiscais.

Art.7º Em caso de suspensão do fornecimento por motivo de paralisações em refinarias da PETROBRAS, tais como manutenções programadas, panes, greves ou outras, os materiais poderão ser carregados em outra refinaria, mediante solicitação de mudança de local à DIR/DNIT.

Parágrafo único - As diferenças nas distâncias de transporte deverão ser objetos de termos aditivos aos contratos/convênios, a cargo da DIR/DNIT, mediante solicitações das empresas/órgãos convenientes às Superintendências Regionais que as encaminharão às Coordenações-Gerais/DIR/DNIT, com pareceres ou manifestações favoráveis ou não sobre as solicitações.

Art.8º Na impossibilidade de fornecimento do material betuminoso pelo DNIT, por motivos inerentes à PETROBRAS ou de outra natureza, devidamente justificado, visando evitar prejuízos financeiros e problemas aos usuários sobrevidos de interrupções no andamento dos serviços, será realizada licitação para a aquisição do material betuminoso necessário.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 98/2008 de 31 de janeiro de 2008, publicada no DOU de 01 de fevereiro de 2008, seção 1, página 103.

LUIZ ANTONIO PAGOT

Determinações do Tribunal de Contas da União

Acórdão nº 1077/2008-TCU-Plenário

ANEXO À PORTARIA Nº 709, DE 1º DE JULHO DE 2008
(Publicada no DOU de 2 de julho de 2008 – Seção 1)

PREÇOS DE MATERIAIS ASFÁLTICOS - ACORDÃO Nº 1.077/2008 - TCU - PLENÁRIO

MÊS	ÍNDICE DE CAP	CAP (R\$/t)	ÍNDICE DE ADP	CM-30 (R\$/t)	ÍNDICE DE CAP	CAP c/ Polímero (R\$/t)	ÍNDICE DE EMULSÕES	RL-1C (R\$/t)	ÍNDICE DE EMULSÕES	RM-1C (R\$/t)	ÍNDICE DE EMULSÕES	RR-1C (R\$/t)	ÍNDICE DE EMULSÕES	RR-2C (R\$/t)
07/07	224,929	1.023,08	267,217	1.676,78	224,929	1.510,98	253,583	850,82	253,583	905,26	253,583	824,05	253,583	781,01
08/07	224,929	1.023,08	267,262	1.677,06	224,929	1.510,98	253,321	849,94	253,321	904,32	253,321	823,20	253,321	780,20
09/07	224,929	1.023,08	267,262	1.677,06	224,929	1.510,98	253,321	849,94	253,321	904,32	253,321	823,20	253,321	780,20
10/07	224,929	1.023,08	267,262	1.677,06	224,929	1.510,98	253,321	849,94	253,321	904,32	253,321	823,20	253,321	780,20
11/07	228,276	1.038,31	269,761	1.692,74	228,276	1.533,47	253,653	851,05	253,653	905,51	253,653	824,28	253,653	781,22
12/07	227,766	1.035,99	270,344	1.696,40	227,766	1.530,04	255,952	858,76	255,952	913,71	255,952	831,75	255,952	788,30
01/08	230,222	1.047,16	282,599	1.773,30	230,222	1.546,54	271,953	912,45	271,953	970,84	271,953	883,75	271,953	837,59
02/08	231,881	1.054,71	283,586	1.779,50	231,881	1.557,69	272,115	913,00	272,115	971,42	272,115	884,28	272,115	838,09
03/08	231,881	1.054,71	283,090	1.776,38	231,881	1.557,69	272,115	913,00	272,115	971,42	272,115	884,28	272,115	838,09
04/08	234,221	1.065,35	287,431	1.803,62	234,221	1.573,40	272,285	913,57	272,285	972,02	272,285	884,83	272,285	838,61
05/08	234,221	1.065,35	287,431	1.803,62	234,221	1.573,40	272,285	913,57	272,285	972,02	272,285	884,83	272,285	838,61

OBS: (1) Preços de materiais asfálticos após maio/2008 deverão ser pesquisados no SICRO2

(2) Preços de materiais asfálticos não constantes desta tabela deverão ser pesquisados conforme a IS-15/2006

Determinações do Tribunal de Contas da União

Acórdão nº 3081/2012-TCU-Plenário

“9.2. Determinar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis que publique, em seu sítio eletrônico:

9.2.1. lista atualizada de todos os pontos de distribuição de asfaltos existentes no país;

9.2.2. mensalmente, os preços médios ponderados dos produtos asfálticos, consolidados por unidade da federação, se houver informação de, no mínimo, três empresas do ramo;

9.2.3. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que inclua, nas tabelas do Sicro, os preços médios de que trata o subitem 9.2.2”;

Formação de Preços na Base da ANP

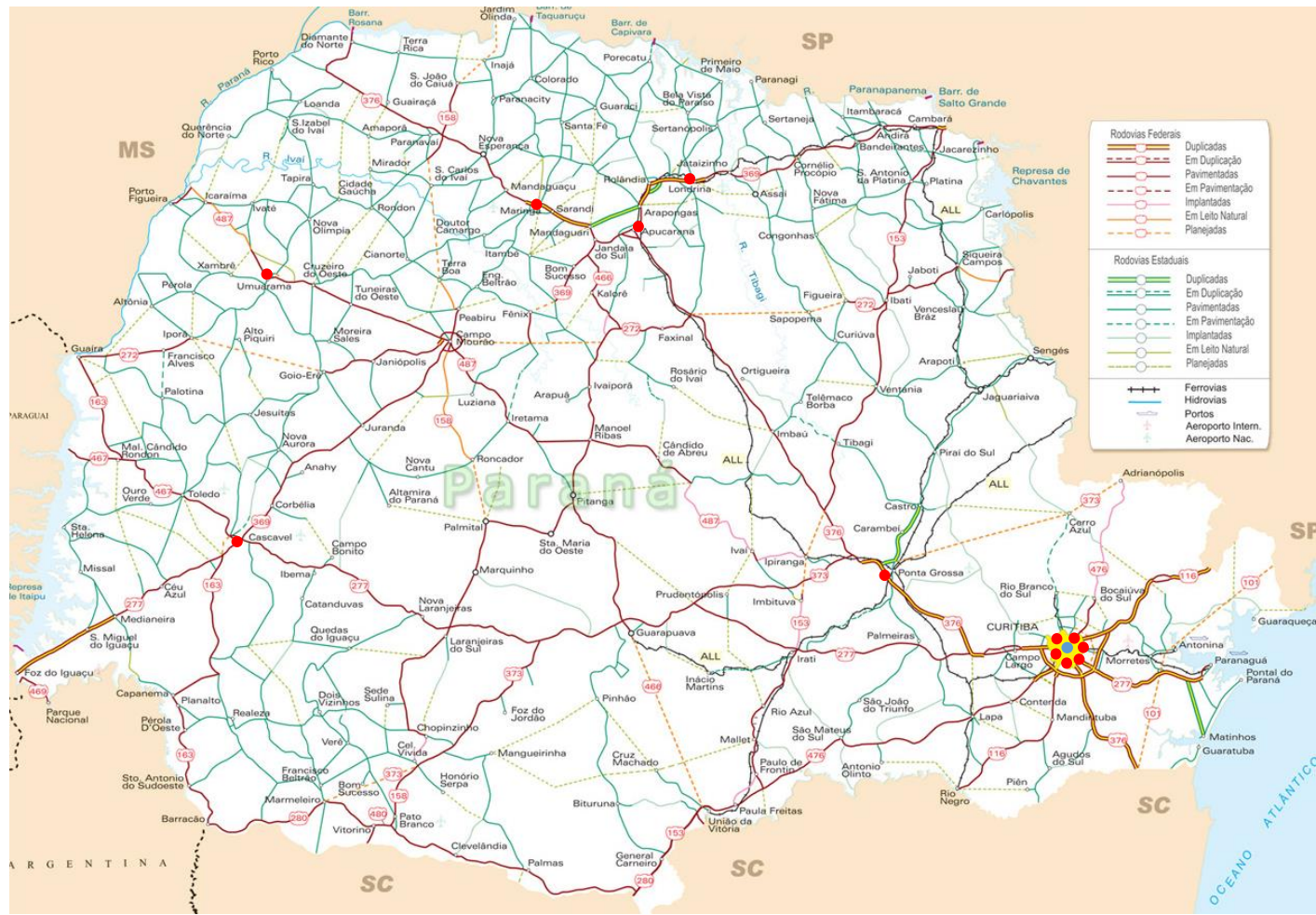
Formação de Preços na Base da ANP

De forma a atender a determinação do Acórdão 2649/2007-TCU-Plenário e consubstanciada nas Resoluções nº 27 e 28, ambas de 18 de setembro de 2008, a ANP iniciou o acompanhamento da série de preços de distribuição dos produtos asfálticos. A partir dos dados enviados pelas distribuidoras, são calculados preços médios por região, ponderados por volume comercializado, de uma cesta constituída por 23 produtos asfálticos.

A partir de janeiro de 2013, por determinação do Acórdão nº 3081/2012-TCU-Plenário, a ANP passou a divulgar mensalmente os resultados do acompanhamento de preços realizados de duas formas:

- Publicação dos preços médios regionais;
- Publicação dos preços médios e ponderados dos produtos asfálticos, consolidados por unidade da federação, sempre que houver informação de, no mínimo, três empresas do ramo, em atendimento ao subitem 9.2.2 do referido acórdão.

Formação de Preços na Base da ANP



- Bases de Distribuição de Asfalto
- Refinaria

Formação de Preços na Base da ANP

PARANÁ - CAP 50 70		
	Fator Médio	% de Volume
	Média	Média
<u>ARAUCARIA/CAMPO LARGO/CURITIBA</u>	1	97,89%
APUCARANA	1,240	0,57%
CASCADEL	-	0,00%
MARIALVA	1,136	1,24%
PONTA GROSSA	1,038	0,21%
SAO MATEUS DO SUL	0,979	0,01%
UMUARAMA	1,131	0,08%
PARANÁ - CAP 30 45		
	Fator Médio	% de Volume
	Média	Média
<u>ARAUCARIA/CAMPO LARGO/CURITIBA</u>	1	100,00%
APUCARANA	-	0,00%
CASCADEL	-	0,00%
MARIALVA	-	0,00%
PONTA GROSSA	-	0,00%
SAO MATEUS DO SUL	-	0,00%
UMUARAMA	-	0,00%
PARANÁ - CM 30		
	Fator Médio	% de Volume
	Média	Média
<u>ARAUCARIA/CAMPO LARGO/CURITIBA</u>	1	84,07%
APUCARANA	1,103	5,28%
CASCADEL	1,117	1,57%
MARIALVA	1,196	8,00%
PONTA GROSSA	0,861	0,51%
SAO MATEUS DO SUL	1,048	0,02%
UMUARAMA	1,362	0,54%

PARANÁ - RL 1C		
	Fator Médio	% de Volume
	Média	Média
<u>ARAUCARIA/CAMPO LARGO/CURITIBA</u>	1	43,12%
APUCARANA	0,988	20,06%
CASCADEL	-	0,00%
MARIALVA	1,034	25,24%
PONTA GROSSA	0,841	9,52%
SAO MATEUS DO SUL	-	0,00%
UMUARAMA	1,350	2,05%
PARANÁ - RR 2C		
	Fator Médio	% de Volume
	Média	Média
<u>ARAUCARIA/CAMPO LARGO/CURITIBA</u>	1	54,20%
APUCARANA	1,082	20,03%
CASCADEL	1,336	0,52%
MARIALVA	1,193	11,91%
PONTA GROSSA	1,012	9,10%
SAO MATEUS DO SUL	-	0,00%
UMUARAMA	1,320	4,24%

Formação de Preços na Base da ANP

PARANÁ - CAP 50 70	Preço Médio em JAN/13	% de Volume em JAN/13
<u>ARAUCARIA/CAMPO LARGO/CURITIBA</u>	R\$ 0,912	99,38%
APUCARANA	R\$ 1,230	0,01%
CASCADEL		0,00%
MARIALVA	R\$ 0,958	0,62%
PONTA GROSSA		0,00%
SAO MATEUS DO SUL		0,00%
UMUARAMA		0,00%
Preço ANP (PR)	R\$ 0,913	-
PARANÁ - CM 30	Preço Médio em JAN/13	% de Volume em JAN/13
<u>ARAUCARIA/CAMPO LARGO/CURITIBA</u>	R\$ 1,463	72,79%
APUCARANA	R\$ 1,596	2,85%
CASCADEL	R\$ 1,693	1,14%
MARIALVA	R\$ 1,683	23,23%
PONTA GROSSA		0,00%
SAO MATEUS DO SUL		0,00%
UMUARAMA		0,00%
Preço ANP (PR)	R\$ 1,520	-

Formação de Preços na Base da ANP

PARANÁ - RL 1C	Preço Médio em JAN/13	% de Volume em JAN/13
ARAUCARIA/CAMPO LARGO/CURITIBA	R\$ 0,881	12,48%
APUCARANA	R\$ 0,816	19,43%
CASCADEL		0,00%
MARIALVA	R\$ 0,868	47,75%
PONTA GROSSA	R\$ 0,764	20,17%
SAO MATEUS DO SUL		0,00%
UMUARAMA	R\$ 1,394	0,18%
Preço ANP (PR)	R\$ 0,840	-
PARANÁ - RR 2C	Preço Médio em JAN/13	% de Volume em JAN/13
ARAUCARIA/CAMPO LARGO/CURITIBA	R\$ 0,712	24,59%
APUCARANA	R\$ 0,841	26,83%
CASCADEL		0,00%
MARIALVA	R\$ 0,869	22,78%
PONTA GROSSA	R\$ 0,803	11,58%
SAO MATEUS DO SUL		0,00%
UMUARAMA	R\$ 0,886	14,22%
Preço ANP (PR)	R\$ 0,818	-

Formação de Preços na Base da ANP

Em virtude das empresas concessionárias de rodovias terem aderido ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, o que lhes permitiu suspender o recolhimento da contribuição para o PIS e COFINS e gerou distorções na base de preços, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP publicou a Resolução nº 35/2016, por meio do qual foram excluídas as parcelas referentes aos tributos PIS e COFINS dos preços informados pelas distribuidoras de asfaltos e consequentemente dos preços médios divulgados em seu endereço eletrônico a partir de outubro de 2016.

Portaria DNIT nº 1977/2017

Portaria DNIT nº 1977/2017

Os produtos asfálticos terão seus preços de referência definidos em função do binômio “aquisição + transporte”, definindo-se a solução mais vantajosa ao erário em função do conhecimento do acompanhamento de preços realizado e divulgado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e da natureza do transporte.

Os produtos asfálticos terão seus preços de aquisição definidos em função do acompanhamento realizado e disponibilizado pela ANP em seu endereço eletrônico, por unidade da federação, acrescidos das respectivas alíquotas de ICMS, PIS/Pasep, COFINS e do BDI diferenciado.

A eventual correção do BDI diferenciado faz-se necessária em virtude do Plano Brasil Maior ter instituído a desoneração da mão de obra e a inclusão da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta nas obras de infraestrutura enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0.

Portaria DNIT nº 1977/2017

Os custos de referência para o transporte rodoviário dos produtos asfálticos serão calculados a partir das equações tarifárias apresentadas na tabela abaixo e definidas em função da natureza do transporte, das condições do pavimento e das distâncias de transporte envolvidas.

Natureza do Transporte	Equações Tarifárias de Transporte (R\$)
Rodovia pavimentada	$(26,939 + 0,253 \times D)$ por tonelada
Rodovia em revestimento primário	$(26,939 + 0,299 \times D)$ por tonelada
Rodovia em leito natural	$(26,939 + 0,412 \times D)$ por tonelada

As referidas equações tarifárias são constituídas por uma parcela fixa, relacionada aos tempos de carga, manobras e descarga, e que ocorre normalmente apenas uma vez em cada operação, e uma parcela variável relacionada ao momento de transporte propriamente dito.

Portaria DNIT nº 1977/2017

A origem do cimento asfáltico de petróleo e do asfalto diluído de petróleo será definida no local das refinarias da Petrobras ou nas cidades caracterizadas como polos de distribuição do estado.

No caso das emulsões asfálticas e dos asfaltos modificados, a origem destes materiais será definida nas distribuidoras mais próximas à localização das obras. A adoção deste critério objetiva reduzir as distorções advindas da ponderação de preços e quantidades na base de cálculo da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Os custos de referência dos produtos asfálticos serão definidos por meio da realização de estudo comparativo com, pelo menos, 3 (três) origens diferentes e com maior proximidade em relação à localização da obra, definindo-se como referência a condição mais vantajosa ao erário público em função do binômio “aquisição + transporte”.

Portaria DNIT nº 1977/2017

O referido estudo comparativo constitui parte integrante do projeto e deverá constar obrigatoriamente da documentação mínima necessária à aprovação dos projetos e anteprojetos para fins de comprovação.

Na inexistência de preço de algum produto asfáltico na unidade da federação, deverão ser utilizados os preços regionais da ANP, adotando-se como referência a localização das refinarias mais próximas à obra.

Caso ainda persista a impossibilidade de definição dos preços de algum produto asfáltico, deverão ser utilizados os preços nacionais da ANP, adotando-se como referência a localização da refinaria mais próxima.

Para os demais produtos não contemplados no acompanhamento de preços da ANP, a definição dos preços de referência será realizada por meio de cotações junto a distribuidoras de asfaltos.

Regime de Tributação, Alíquotas e Bases de Cálculo do PIS, COFINS e ICMS

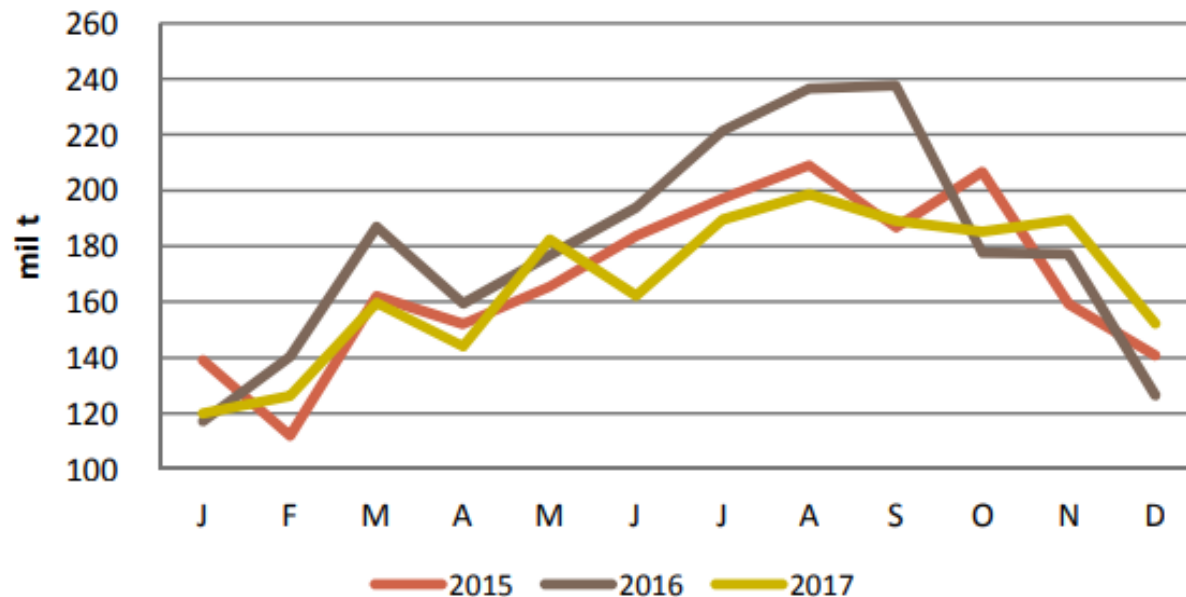
Regime de Tributação e Alíquotas de PIS e COFINS

A Lei nº 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998, estabelece em seu inciso I do art. 14 que “estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses”.

Em análise ao sítio eletrônico da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, pode-se observar um documento intitulado “Relação de Distribuidoras de Asfaltos Autorizadas ao Exercício da Atividade”, o qual aponta para a existência de 29 (vinte e nove) distribuidoras de asfaltos em território nacional.

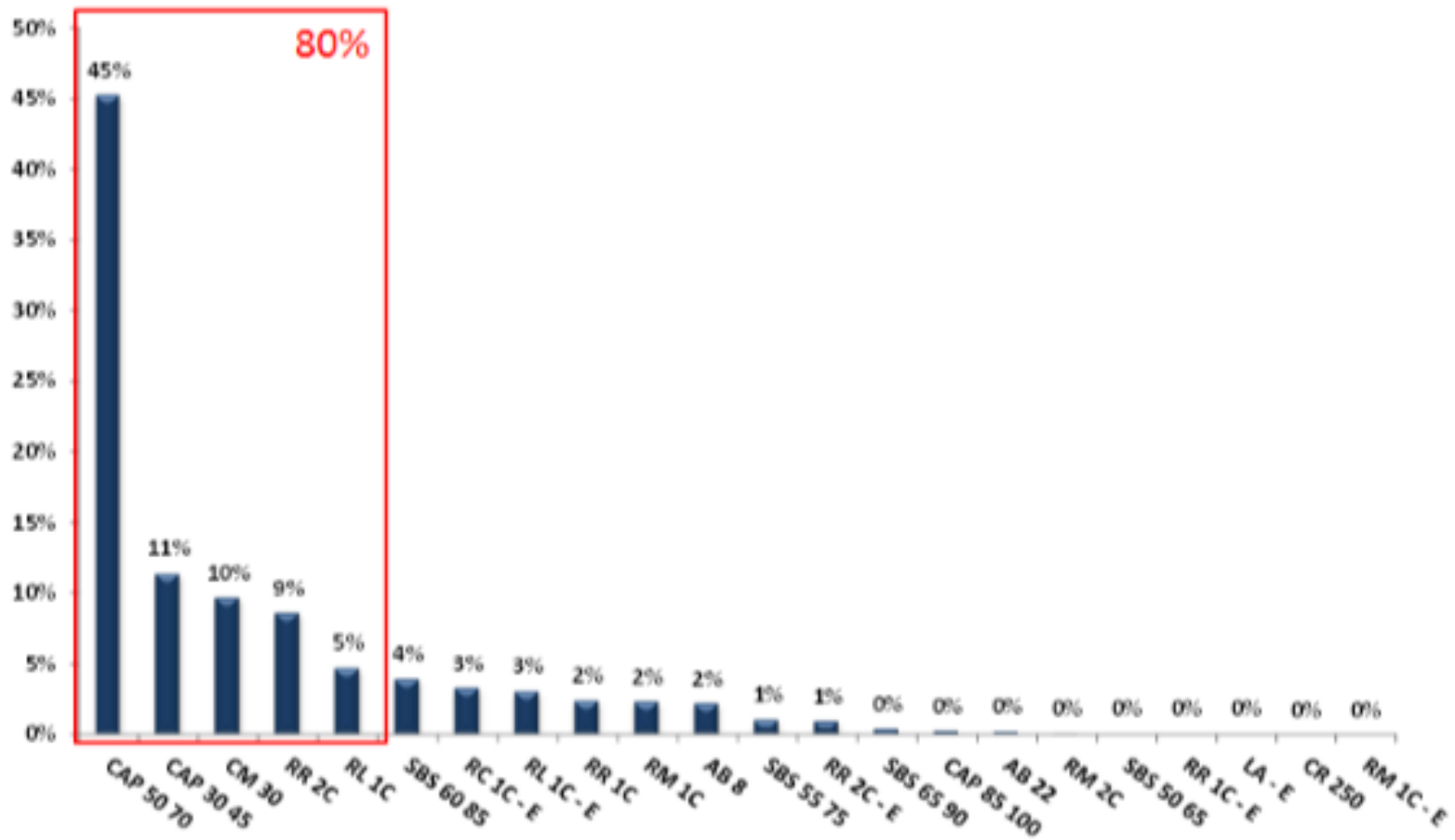
O Boletim Gerencial da Superintendência de Abastecimento da ANP informa que a quantidade retirada pelas distribuidoras de asfaltos nas refinarias da Petrobras atingiu aproximadamente 2 milhões de toneladas no ano de 2017, com média de 170 mil toneladas por mês.

Regime de Tributação e Alíquotas de PIS e COFINS



MARKET SHARE NO ANO	
Volume Retirado	
Distribuidora	Participação
GRECA ▲	16,72%
STRATURA ▲	16,35%
BRASQUÍMICA ▼	11,44%
BETUNEL ▲	10,72%
NTA ▲	6,95%
EMAM ▲	6,24%
DISBRAL ▲	6,22%
BR ▼	5,56%
CBB ▲	4,31%
CENTRO OESTE ▲	4,16%
OUTRAS ▲	11,33%

Regime de Tributação e Alíquotas de PIS e COFINS



Regime de Tributação e Alíquotas de PIS e COFINS

Respeitados a quantidade média retirada pelas distribuidoras de asfaltos nas refinarias da Petrobras no ano de 2017, a participação isolada de cada produto asfáltico e os preços médios ponderados e divulgados pela ANP, torna-se possível estimar uma parte da receita global das empresas do setor de distribuição de asfaltos, levando-se em consideração apenas a comercialização dos produtos convencionais cimento asfáltico de petróleo e asfalto diluído de petróleo exclusivamente produzidos nas refinarias, conforme memória de cálculo detalhada apresentada abaixo.

$$\text{Receita Global} = 2.000.000 \times [(0,85 \times \text{R\$ } 1.927,87) + (0,15 \times \text{R\$ } 3.105,97)]$$

$$\text{Receita Global} = \text{R\$ } 3.277.379.000,00 + \text{R\$ } 931.791.000,00$$

$$\underline{\text{Receita Global} = \text{R\$ } 4.209.170.000,00}$$

$$\underline{\text{Receita Média por Empresa} = \text{R\$ } 145.143.793,10 \text{ (86\% superior ao limite estabelecido na Lei nº 9.718/1998)}}$$

Base de Cálculo (Desconto de Créditos)

A Lei nº 10.833/2003, de 29 de dezembro de 2003, que altera a legislação tributária federal, estabelece em seu Artigo 3º que “do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a: I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos (redação dada pela Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004).”

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis reconhece este entendimento, conforme extrato abaixo:

“A alíquota do PIS/COFINS incide sobre todas as etapas da cadeia produtiva de produtos asfálticos de forma não cumulativa (ou seja, sendo aproveitados nas etapas subsequentes da cadeia). Ambos os tributos são federais e, nesse sentido, incidem da mesma forma sobre a estrutura de formação de preços de produtos asfálticos”.

Base de Cálculo (Desconto de Créditos)

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis reafirma ainda que este entendimento para o PIS e a COFINS, ou seja, da necessidade de aplicação de descontos de créditos em função de bens adquiridos para revenda, como é claramente o caso do cimento asfáltico de petróleo e do asfalto diluído de petróleo, ICMS, também seria válido para o ICMS, conforme extrato de interesse abaixo e de exemplos do impacto da inclusão de créditos sobre o preço final dos produtos asfálticos.

“Assim como o PIS e a COFINS, o ICMS também é um tributo não cumulativo, compensando-se, em tese, o valor devido de cada operação ou prestação com o montante pago anteriormente”.

Base de Cálculo (Desconto de Créditos)

Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

A) Venda de CAP - Minas Gerais			
	R\$/t	alíquotas	% sobre o preço
PREÇO DE COMPRA	1.000,00		90,91%
CUSTO ADMINISTRATIVO	0,00		0,00%
PIS (DEBITO - CREDITO)	1,65	1,65%	0,15%
COFINS ((DEBITO - CREDITO)	7,60	7,60%	0,69%
CUSTOS FINANCEIROS	0,00		0,00%
FRETE DE TRANSFERÊNCIA	0,00		0,00%
ICMS DEBITO	198,00	18,00%	
ICMS CREDITO	-180,00	18,00%	
DIFERENÇA ICMS	18,00	1,64%	1,64%
CUSTO	1.027,25	93,39%	93,39%
MARGEM BRUTA DE DISTRIBUIÇÃO	72,75		6,61%
FRETE DE TRANSPORTE	0,00		
PREÇO DE VENDA À VISTA	1.100,00		100,00%
PREÇO INFORMADO À ANP	902,00		
PREÇO ANP + ICMS "CHEIO"	1.064,36		

Base de Cálculo (Desconto de Créditos)

Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

B) Venda de CAP – Mato Grosso			
	R\$/t	alíquotas	% sobre o preço
PREÇO DE COMPRA	1.000,000		90,91%
CUSTO ADM.	0,00		0,00%
PIS (DEBITO - CREDITO)	1,65	1,65%	0,15%
COFINS ((DEBITO - CREDITO)	7,60	7,60%	0,69%
CREDITO VETADO	70,00	7,00%	
CUSTOS FINANCEIROS	0,00		0,00%
FRETE DE TRANSFERÊNCIA	0,00		0,00%
ICMS DEBITO	0,00	0,00%	
ICMS CREDITO	0,00	VETADO	
DIFERENÇA ICMS	0,00	0,00%	0,00%
CUSTO	1.079,25	98,11%	93,68%
MARGEM BRUTA DE DISTRIBUIÇÃO	72,75		6,32%
FRETE DE TRANSPORTE	0,00		
PREÇO DE VENDA À VISTA	1.152,00		100,00%
PREÇO INFORMADO À ANP	1.152,00		
PREÇO ANP + ICMS "CHEIO"	1.152,00		

Base de Cálculo (Desconto de Créditos)

O entendimento de que a inclusão de créditos não aproveitáveis ocorre nesta fase de geração da nota fiscal pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, conforme observado na Nota Técnica nº 054/CDC-ANP, contrapõe a informação apresentada pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Asfaltos - ABEDA, por meio do Ofício nº 22/2018, de 08 de agosto de 2018.

Segundo a ABEDA, tomando como exemplo uma nota fiscal referente à comercialização de 32,26 toneladas de cimento asfáltico de petróleo, a preços iniciais de R\$ 2.675,00 por tonelada, o valor global desta nota seria de R\$ 86.295,50. O referido documento destaca os seguintes valores referentes ao recolhimento de tributos na geração da nota fiscal, a saber: R\$ 1.423,88 (PIS), R\$ 6.558,46 (COFINS) e R\$ 15.533,19 (ICMS), ou seja, de exatamente 1,65% para PIS, 7,60% para COFINS e 18,0% para ICMS.

Base de Cálculo (Desconto de Créditos)

Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Asfaltos

NATUREZA DA OPERAÇÃO 5102 - VENDA MERC ADQUIRIDA DE TERCEIROS -					PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141180123599796								
INSCRIÇÃO ESTADUAL 90154946-00			ISC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO			CNPJ 02.351.006/0001-39							
DESTINATÁRIO/REMETENTE NOME/RAZÃO SOCIAL MARC CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.					CNPJ/CPF 78.166.287/0001-11		DATA DA EMISSÃO 24/07/2018						
ENDEREÇO BR 376, 14578			BAIRRO/DISTRITO ITALIA		CEP 83020-548		DATA DE ENTRADA / SAÍDA 24/07/2018						
MUNICÍPIO SAO JOSE DOS PINHAIS		FONE/FAX 41 3382-1244		UF PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL 10506671-69		HORA DE SAÍDA / ENTRADA					
FATURA 13/08/2018 86.295,50 (oitenta e seis mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)*****													
CÁLCULO DO IMPOSTO													
BASE DE CÁLCULO ICMS 86.295,50		VALOR DO ICMS 15.533,19		BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 86.295,50					
VALOR DO FRETE 0,00		VALOR DO SEGURO 0,00		DESCONTO 0,00		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00		VALOR DO IPI 0,00					
								VALOR TOTAL DA NOTA 86.295,50					
TRANSPORTADOR VOLUMES TRANSPORTADOS													
RAZÃO SOCIAL GRECA TRANSPORTES DE CARGAS S/A			FRETE POR CONTA 1 - Dest/Rem		CÓDIGO ANTT		PLACA DO VEÍCULO AYY-7568		UF PR				
ENDEREÇO AV. DAS ARAUCARIAS 5126			MUNICÍPIO ARAUCARIA		UF PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL 107.03105-77						
QUANTIDADE 1,00		ESPÉCIE GRANEL		MARCA		PESO BRUTO 32.260,00		PESO LÍQUIDO 32.260,00					
DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS													
Cód.Prod.	Descrição do Produto / Serviços	NCM	CST	CFOP	Unid.	Quant.	Vir Unitário	Vir Total	BC ICMS	Vir ICMS	Vir IPI	% ICMS	% IPI
01010010005	CAP 50/70 - CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO NOME P/ EMBARQUE: LIQUIDO A TEMPERATURA ELEVADA N.E.A. 100C OU MAIS E ABAIXO DO PFG EMBALAGEM: III CLASSE: 9 N. ONU: 3257 N. RISCO: 99 Conforme Lei N. 12.741/2012, o valor aproximado de tributos incidentes sobre o preço deste item é de R\$ 23.515,53	27132000	000	5102	KGS	32.260,00	2,675000	86.295,50	86.295,50	15.533,19	0,00	18%	0%

Base de Cálculo (Desconto de Créditos)

Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Asfaltos

Base de Cálculo ICMS	Valor do ICMS	Valor do ICMS Desonerado	Valor Total do FCP
86.295,50	15.533,19	0,00	0,00
Valor Total ICMS FCP	Valor Total ICMS Interestadual UF Destino	Valor Total ICMS Interestadual UF Rem.	Base de Cálculo ICMS ST
			0,00
Valor ICMS Substituição	Valor Total do FCP retido por ST	Valor Total do FCP retido anteriormente por ST	Valor Total dos Produtos
0,00	0,00	0,00	86.295,50
Valor do Frete	Valor do Seguro	Valor Total dos Descontos	Valor Total do II
0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total do IPI	Valor Total do IPI Devolvido	Valor do PIS	Valor da COFINS
0,00	0,00	1.423,88	6.558,46
Outras Despesas Acessórias	Valor Total da NFe	Valor Aproximado dos Tributos	
0,00	86.295,50	23.515,53	

Considerações Finais

Considerações Finais

Todas as ações ou medidas sob atribuição regimental ou responsabilidade desta Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes encontram-se tempestivamente em andamento, conforme resumo abaixo.

- Regime de tributação, alíquotas e bases de cálculo do PIS, da COFINS e do ICMS na formação dos custos de referência para aquisição dos produtos asfálticos (Discussão encaminhada à Procuradoria Federal Especializada no DNIT para consolidação do entendimento);
- Proposta de desmembramento dos índices de reajustamento de produtos asfálticos (Cimento Asfáltico de Petróleo, Asfalto Modificado por Polímero, Asfalto Borracha, Asfalto Diluído de Petróleo, Emulsões, Emulsões Asfálticas Modificadas e Emulsões para Imprimação);
- Proposta de mudança da base de cálculo de origem dos índices de reajustamento dos produtos asfálticos (da base de preços dos distribuidores para a base de preços dos produtores e importadores).

Obrigado!

MSc. Eng.º Luiz Heleno Albuquerque Filho

Analista em Infraestrutura de Transportes

Coordenador-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes



cgcit@dnit.gov.br